

Valorizar salários, carreiras e suplementos combater a precariedade e defender os serviços públicos



DAR RESPOSTA ÀS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES NO ORÇAMENTO DO ESTADO DE 2017

Resultado da luta dos trabalhadores e de uma nova correlação de forças no Parlamento, o Orçamento do Estado de 2016 (OE) interrompeu, pela primeira vez em muitos anos, o rumo de destruição do país, de empobrecimento e exploração dos trabalhadores, reformados e pensionistas imposto pelo anterior governo do PSD/CDS.

Num momento em que se prepara a elaboração do Orçamento de Estado para 2017, o STAL salienta a necessidade imperiosa de prosseguir a reposição de direitos e devolução de rendimentos; de valorização e melhoria das condições de trabalho; de forte combate à precariedade; de reforço do poder local e de construção de serviços públicos de qualidade para todos, impedindo a privatização da água, dos resíduos e outros serviços municipais.

As nossas reivindicações são justas. Temos direito a uma vida melhor.

Este é o rumo para criar um País mais justo, desenvolvido e solidário. É tempo de avançar!

Recuperar o poder de compra

Os trabalhadores da Administração Local têm os salários congelados desde 2010 e as carreiras desde 2005. Neste período os preços em geral aumentaram cerca de sete por cento. Verificou-se também um aumento de impostos e uma subida de 133% das contribuições para a ADSE, que passou de 1,5 para 3,5 por cento do salário bruto. Tudo isto provocou uma quebra no poder de compra superior a 20 por cento nos últimos cinco anos.

Com vista à recuperação do poder de compra perdido é urgente:

- Aumentar o salário mínimo para 600€;
- Aumentar os salários e as pensões;
- Actualizar o subsídio de refeição;

- Reduzir os descontos para a ADSE, fixando-os em 1,5 por cento do salário bruto;
- Repor os valores do trabalho extraordinário e outras prestações remuneratórias;
- Repor as condições gerais para a aposentação com 36 anos de serviço, independentemente da idade;
- Repor o pagamento do subsídio de Natal com o salário de Novembro, alterar os escalões do IRS e eliminar a sobretaxa extraordinária de IRS.

Descongelo das carreiras

Ao congelamento das carreiras e progressões em 2005, seguiu-se a destruição do sistema de carreiras, em 2008, com a aprovação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP).

A deterioração das condições de trabalho, o aumento da flexibilidade e da polivalência funcional geraram não só desmotivação nos trabalhadores, como também se reflectiram negativamente na prestação dos serviços à população.

Visando dignificar e valorizar os trabalhadores e assegurar serviços públicos de qualidade, o STAL reivindica:

- O descongelamento das carreiras, possibilitando promoções e progressões, com a abertura de um processo de contagem do tempo de serviço perdido;
- A valorização e recuperação das carreiras e conteúdos profissionais e a revogação da LGTFP e do sistema de avaliação de desempenho;
- A identificação e regulamentação das carreiras de desgaste rápido, carreiras especiais e subsistentes.
- O direito à contratação colectiva no sector empresarial local e bombeiros.

Regulamentar suplementos de risco, piquete e isenção de horário

Os trabalhadores da Administração Local conquistaram com a sua luta o suplemento insalubridade, penosidade e risco. A lei existe desde 1998, mas permanece até hoje sem regulamentação, lesando gravemente milhares de trabalhadores. Por regulamentar estão igualmente o subsídio de piquete e de isenção de horário de trabalho.

Para corrigir estas injustiças, o STAL exige:

- A regulamentação imediata das compensações por trabalho prestado em condições de insalubridade, penosidade e risco;
- A regulamentação de outros subsídios, como é o caso do subsídio de piquete e de isenção de horário de trabalho e disponibilidade.

Posto de trabalho permanente para necessidades permanentes

Desde 2010, foram extintos mais de 30 mil postos de trabalho na Administração Local, afectando gravemente a qualidade da prestação de serviços essenciais às populações e prejudicando as economias locais. Ao mesmo tempo que impôs metas de redução de trabalhadores e proibiu as admissões, o anterior governo PSD/CDS fomentou a precariedade e enviou milhares de desempregados para as autarquias, através dos chamados contratos de emprego e inserção, com remunerações miseráveis e sem quaisquer direitos.

Face à proliferação das várias formas de precariedade laboral nos serviços de âmbito local, o STAL exige:

- A revogação do regime dos contratos Emprego/Inserção (CEI);
- A alteração do regime de contratação a termo, de forma a restringir a sua aplicação e a permitir a sua transformação em contratos sem termo;
- A abertura de procedimentos concursais para a admissão com contrato sem termo de trabalhadores em situação de precariedade e cujas funções correspondam a necessidades permanentes dos serviços;

- A garantia do ingresso na respectiva carreira dos jovens estagiários, com contrato celebrado para o efeito.
- A regulamentação do vínculo público dos trabalhadores das freguesias em situação contratual irregular.

NÃO SOMOS DESCARTÁVEIS!



**Não à precariedade
na Administração Local**

**PELO EMPREGO
COM DIREITOS**

Campanha Nacional Contra a Precariedade 2016/2020

DEFENDER REPOR CONQUISTAR

direitos



DICPS | N.º10 | SET 2016